STJ00081531

SUMÁRIO

OBSERVAÇÃO 5

1. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

1.1 A culpa 15
1.2 Formas de culpa 18
1.3 Culpa e ato ilícito 18
1.4 Classificação da culpa 19
1.5 Culpa, ato ilícito e responsabilidade 21
1.6 Aplicação da responsabilidade objetiva e subjetiva 23
1.7 Responsabilidade e imputabilidade 26
1.8 A culpa na conduta do causador do acidente de trânsito 28
1.9 Presunção da culpa do condutor 29

2. O DANO

2.1 Conceito. Aspectos gerais 31
2.2 O dano e a tutela da ordem jurídica 32
2.3 Dano patrimonial 33
2.4 Dano moral 35
2.5 Dano contratual e extracontratual 41
2.6 Dano indireto 42

3. A REPARAÇÃO

3.1 Conceito e espécies 47
3.2 Causas da reparação 48
3.3 Reparação por perdas e danos 50
3.4 Liberdade na escolha da forma de reparação 52
3.5 Reparação e intensidade da culpa 53

4. CONCAUSA E RESPONSABILIDADE

4.1 Concausa ou causa superveniente 57
4.2 Concorrência de culpas e causalidade 61

5. DA ABSOLVIÇÃO CRIMINAL E DOS ESTADOS EXCLUDENTES DE CRIMINALIDADE

5.1 Absolvição criminal e responsabilidade civil 66
5.2 A sentença criminal e a coisa julgada no cível 68
5.3 O estado de necessidade 69
5.4 Legítima defesa 72
5.4.1 Legítima defesa da propriedade e proporcionalidade dos meios empregados 74
5.5 Exercício regular de um direito 75
5.6 O estrito cumprimento de dever legal 77

6. A RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO PELO ACIDENTE PROVOCADO POR TERCEIRO

6.1 Responsabilidade do proprietário e do terceiro que provocou o acidente 79
6.2 Razões que impõem a responsabilidade do proprietário 80
6.3 Responsabilidade do proprietário e ausência de culpa no fato da entrega do veículo ao causador direto 81
6.4 Responsabilidade e venda do veículo não transcrita no Registro de Títulos e Documentos 83
6.5 Responsabilização do denunciado para indenizar a vítima 86

7. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR

7.1 Características e requisitos 91
7.2 Caso fortuito, ou força maior e conduta culposa 92
7.3 Inevitabilidade do fato e impossibilidade da obrigação 93
7.4 Caso fortuito ou força maior nos acidentes de trânsito 96
7.4.1 Furto ou desapossamento violento de veículos 96
7.4.2 Fato de terceiro e causa estranha 97
7.4.3 Defeito mecânico 98
7.4.4 Estouro de pneu 99
7.4.5 A derrapagem 100
7.4.6 Ofuscamento 101
7.4.7 Pedra lançada pelas rodas do veículo 101
7.4.8 Acidentes provocados por mal súbito de quem dirige 101
7.4.9 Acidentes provocados por animais espantados por veículos 101
7.4.10 Acidentes provocados por fatos naturais 102
7.5 Caso fortuito, ou força maior, na responsabilidade objetiva 103

8. RESPONSABILIDADE E FATO DE TERCEIRO

8.1 Responsabilidade do causador direto 105

8.2 A ação regressiva contra o terceiro 106
8.3 Ação direta contra o terceiro 108
8.4 Fato de terceiro e causa estranha 109
8.5 Responsabilidade e participação em uma conduta perigosa 111
8.6 Dispensa da denunciação na responsabilidade objetiva 113

9. NATUREZA DA OBRIGAÇÃO

9.1 Alimentos ou indenização 114
9.2 Natureza da indenização e prescrição 116
9.3 Cumulação da indenização com benefícios previdenciários. Seguro obrigatório 117

10. PRESUNÇÃO DA CULPA E RESPONSABILIDADE

10.1 Guarda e responsabilidade no furto ou roubo de veículo 122
10.2 Responsabilidade e acidentes provocados por oficinas, postos de lavagem, garagens e outros estabelecimentos do gênero 124
10.3 Presunção em favor da vítima e responsabilidade 128
10.4 A presunção nos acidentes provocados por animais 131
10.4.1 Excludentes de responsabilidade 134
10.4.2 Furto ou apossamento ilícito do animal 135
10.4.3 Sujeito passivo na ação de ressarcimento 136
10.5 Indenização por furto de veículos em estacionamento gratuito 140
10.6 Responsabilidade pelos danos e furtos verificados nos condomínios edilícios 145
10.7 Furto de veículo em estacionamento pago de logradouros públicos 147
10.8 Responsabilidade nos danos e furtos ocorridos em estacionamentos de restaurantes, hotéis, clubes e casas de lazer 148

11. CONTRATO DE TRANSPORTE

11.1 Transporte oneroso 150
11.2 A culpa da vítima no transporte oneroso 152
11.3 O transporte gratuito 154
11.4 Transporte e culpa de terceiro 157
11.5 Queda de surfista ferroviário, desembarque com o veículo em movimento e transporte de passageiros pendurados 158

12. A REPARAÇÃO POR DANOS FÍSICOS

12.1 Indenização das despesas e da incapacidade 160
12.2 Redução da capacidade laborativa 161
12.3 Reparação nos casos em que o ofendido era incapaz de exercer atividade laborativa antes do acidente 163

12.4 Reparação e percepção de benefícios previdenciários 163
12.5 Pagamento da indenização em uma só vez 166

13. A REPARAÇÃO PELO DANO ESTÉTICO

13.1 Aparência física e significação econômica 167
13.2 Dano estético e prejuízos na atividade exercida 168
13.3 Indenização por dano estético e dano moral 169

14. A REPARAÇÃO POR MORTE

14.1 Despesas de tratamento, de luto, de funerais e outras espécies 175
14.2 A indenização na forma de prestação de alimentos 178
14.3 Período de duração da indenização 180
14.4 A correspondência da prestação em função dos rendimentos da vítima 184
14.5 A ausência do direito à reparação patrimonial se inexistente dano econômico 185
14.6 Indenização por dano patrimonial e por dano moral 188
14.7 O *quantum* da reparação por dano moral 190
14.8 Indenização pela morte do nascituro 193
14.9 Finalidade repressiva da condenação por dano moral e situação econômica dos envolvidos 195

15. CONSTITUIÇÃO DE CAPITAL

15.1 Constituição de capital para atender a obrigação alimentar decorrente de ato ilícito 197
15.2 Formas de constituição do capital 199
15.3 Substituição da constituição de capital por caução fidejussória 202
15.4 Fixação dos alimentos em salário mínimo e modificação nas condições econômicas 204

16. A REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS

16.1 A estimativa dos danos materiais através de orçamentos 206
16.2 Estimativa e incidência dos lucros cessantes 209
16.3 A reparação específica, ou mediante a entrega de outro veículo 211
16.4 Apuração dos danos em liquidação de sentença 212
16.5 Prescrição de pretensão indenizatória 215

17. DO SEGURO OBRIGATÓRIO

17.1 Resenha legislativa 219
17.2 Natureza jurídica 221
17.3 Culpa e teoria do risco 222

17.4 Comportamento doloso da vítima 224
17.5 Valor da indenização 225
17.6 Titularidade para o recebimento do seguro 231
17.6.1 O segurado e seus dependentes. O motorista 231
17.6.2 Os beneficiários da vítima 234
17.6.3 O companheiro ou a companheira 235
17.6.4 Pretensão em favor do nascituro 235
17.7 Legitimidade passiva 236
17.8 Sub-rogação da seguradora 238
17.9 Documentação exigida para a habilitação. Prescrição 239

18. LEGITIMIDADE PARA PEDIR A REPARAÇÃO

18.1 Os parentes da vítima e os dependentes econômicos 242
18.2 Legitimidade para buscar a reparação em favor das pessoas vinculadas pela união de fato 245
18.3 Transmissão hereditária do direito de reparação do dano 247
18.4 Transmissão das obrigações do falecido 250

19. OS JUROS

19.1 Termo inicial da incidência e espécies 253
19.2 Juros compostos 256
19.3 Juros de mora e prejuízo 258
19.4 Incidência dos juros de mora quando não postulados ou omissa a sentença 260
19.5 Juros legais não moratórios 261

20. ACIDENTES DE TRÂNSITO E RESPONSABILIDADE CIVIL NO ARRENDAMENTO MERCANTIL

20.1 Conceito 263
20.2 As modalidades de arrendamento mercantil 264
20.2.1 O *leasing* operacional 265
20.2.2 O arrendamento mercantil financeiro 265
20.2.3 Arrendamento mercantil contratado com o próprio vendedor 266
20.2.4 Arrendamento mercantil contratado com empresas integrantes do mesmo grupo financeiro 268
20.3 Responsabilidade por ato lesivo do arrendatário 269
20.4 Responsabilidade da sociedade arrendante por fato de terceiro sem culpa do arrendatário 272

21. CONDUTAS EXIGIDAS PELO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

21.1 A previsão de condutas pelo Código de Trânsito Brasileiro 274

21.2 Observância das boas condições do veículo 275
21.3 Domínio do veículo e condições pessoais durante a condução 275
21.4 Imposições na circulação de veículos 277
a) Circulação pelo lado direito da via 277
b) Distância a ser mantida entre os veículos 277
c) Preferência em cruzamento nos locais não sinalizados 278
d) Faixas de circulação no tráfego em via com várias pistas 280
e) Permissão para o tráfego de veículos sobre passeios, calçadas e acostamentos 281
f) Prioridade dos veículos precedidos de batedores 282
g) Preferência dos veículos que prestam serviços de interesse público 282
h) Livre parada dos veículos prestadores de serviços de utilidade pública 285
i) Cautelas a serem observadas na ultrapassagem de veículos 285
j) Preferências no deslocamento dos veículos sobre trilhos 288
l) Cuidados na transposição de faixas 289
m) Hierarquia a ser observada na circulação entre os veículos 289
21.5 Deveres dos condutores de veículos ao serem ultrapassados 291
21.6 Ultrapassagem por veículo de transporte coletivo 292
21.7 Pontos e locais de ultrapassagem proibidos 292
21.8 Realização de manobras sem perigo aos demais usuários da via 294
21.9 Sinalização para o deslocamento lateral do veículo 294
21.10 Preferência a ser dada no ingresso na via 295
21.11 Cautelas na realização de conversões e retornos 296
21.12 Ingresso à direita ou à esquerda de outra via ou em lotes lindeiros 296
21.13 Retorno nas vias urbanas 298
21.14 Uso das luzes do veículo 298
a) Uso dos faróis 299
b) Uso das luzes de posição 300
c) Uso do pisca alerta 301
21.15 Frenagem brusca do veículo 302
21.16 Cuidados ao regular a velocidade 302
21.17 Prudência na aproximação de cruzamentos 304
21.18 Imobilização temporária do veículo na via 305
21.19 Embarque e desembarque do veículo 305
21.20 Condução de veículos de tração animal 306
21.21 Circulação de animais nas vias 307
21.22 Circulação de motocicletas, motonetas, ciclomotores e bicicletas 308
a) Quanto aos condutores 308
b) Quanto ao transporte de passageiros 309

c) Quanto à condução de ciclomotores 309
d) Quanto à circulação de bicicletas 309
21.23 Uso obrigatório do cinto de segurança 309

22. SITUAÇÕES CARACTERIZADORAS DA CULPA

22.1 Abalroamentos sucessivos 312
22.2 Ação direta do lesado contra o Estado e o preposto causador do dano 313
22.3 Acidentes em faixas de segurança para pedestres 314
22.4 Acidentes por defeitos na pista 315
22.5 Acidente provocado em oficina mecânica à qual foi confiado o carro 317
22.6 Ampla visibilidade do motorista em cruzamentos não sinalizados 318
22.7 Atropelamento de pedestres em vias urbanas de grande movimentação 318
22.8 Colisão por trás 320
22.9 Convergência à esquerda sobre a pista 321
22.10 Conversão à esquerda em pista com sinal do semáforo aberto 322
22.11 Culpa do causador do acidente na ação de regresso do Estado 323
22.12 Culpa e conduta 324
22.13 Dano causado por veículo projetado por outro veículo 324
22.14 Dano em veículo estacionado irregularmente 326
22.15 Defeito mecânico e responsabilidade do condutor 327
22.16 Derrapagem 328
22.17 Estacionamento com porta aberta 329
22.18 Estouro de pneu e quebra da barra da direção 330
22.19 Excesso de velocidade por ambulâncias e viaturas 331
22.20 Falta de conservação das estradas. Responsabilidade do Poder Público 333
22.21 Guarda do veículo em estacionamento 334
22.22 Imprudência de pedestres 338
22.23 Indenização por dano moral decorrente de dano estético 339
22.24 Ingresso à esquerda 341
22.25 Ingresso em via preferencial 342
22.26 Ingresso na contramão da pista 343
22.27 Limite do valor da indenização ao bem danificado 344
22.28 Manobra de marcha a ré 345
22.29 Manobras de risco 346
22.30 Não compensação da indenização civil pelos benefícios previdenciários 348
22.31 Obstrução da pista por veículo com defeito 349
22.32 Ofuscamento 350
22.33 Pedestre que surge abruptamente na pista 351
22.34 Preferência em cruzamento não sinalizado 352

22.35 Responsabilidade nos acidentes ocorridos no interior de estacionamento..... 354
22.36 Responsabilidade objetiva nos contratos de transporte 354
22.37 Saída da calçada 355
22.38 Saída do acostamento 356
22.39 Semáforo com defeito ou não funcionando 356
22.40 Semáforo com luz amarela 357
22.41 Semáforo no amarelo, com pisca alerta intermitente 358
22.42 Subtração de veículo mediante violência e responsabilidade civil de quem exerce a guarda 359
22.43 Sucessão na indenização por dano moral 360
22.44 Transporte de pessoas em carroceria de veículo de carga 361
22.45 Ultrapassagem 362
22.46 Ultrapassagem pela direita 363
22.47 Valor da indenização no seguro facultativo de veículo 364
22.48 Veículo não utilizado e lucros cessantes 365
22.49 Veracidade presumida do boletim de ocorrência 366
22.50 Vigilância deficiente por empresa que administra a rodovia..... 367

23. RESPONSABILIDADE CIVIL E ACIDENTES DE TRÂNSITO OCORRIDOS EM PAÍSES DO MERCOSUL

23.1 O Protocolo de San Luis..... 369
23.2 Força obrigatória dos tratados e convenções internacionais 371
23.3 A lei aplicável nos acidentes de trânsito ocorridos nos países que integram o Mercosul..... 372
23.4 Domicílio e competência para a ação de responsabilidade civil 373
23.5 Elementos observados na aplicação da responsabilidade 375
23.6 Restituição dos veículos acidentados..... 376

BIBLIOGRAFIA 377